



Informativo TSE

Informativo TSE – Ano VIII – Nº 24

Brasília, 14 a 20 de agosto de 2006

SESSÃO ORDINÁRIA

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Eleições 2002. Inauguração. Obra pública. Abuso de poder político. Não-configuração. Reexame de provas. Impossibilidade.

O agravo regimental deve afastar os fundamentos da decisão impugnada. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.485/AL, rel. Min. José Delgado, em 15.8.2006.

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Eleições 2004. Alegada violação ao art. 5º, XXXV, da CF/88. Inovação. Impossibilidade.

Nega-se provimento a agravo regimental em que o recorrente reprisa os fundamentos postos no especial e já apreciados na decisão monocrática. Não se analisa alegada violação a dispositivo constitucional levantada em sede de agravo regimental por constituir inovação recursal, não constante das razões do apelo especial. Decisão agravada que se mantém por seus próprios fundamentos. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.848/SP, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Agravo regimental. Recurso especial eleitoral. Representação. Eleições 2004. Recurso eleitoral subscrito pelo próprio representado. Ausência de capacidade postulatória. Inaplicabilidade do art. 13 do CPC.

Não se conhece de recurso subscrito pelo próprio representado quando este não possui capacidade postulatória. Correto o acórdão *a quo*, forte na jurisprudência do TSE, ao firmar-se pela impossibilidade de se abrir prazo para sanar a citada nulidade. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu do agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.879/MG, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Embargos de declaração. Recurso contra expedição de diploma. Abuso de poder econômico e político. Eleições 2002. Ausência de vícios no acórdão.

Rejeitam-se os embargos declaratórios quando ausentes omissão, obscuridade, contradição, nos termos do art. 275, I e II, do Código Eleitoral. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Recurso contra Expedição de Diploma nº 608/AL, rel. Min. José Delgado, em 15.8.2006.

Embargos de declaração. Representação. Propaganda eleitoral extemporânea. Omissão. Responsabilidade objetiva do presidente da República. Ausência da comprovação do prévio conhecimento do beneficiário.

O Tribunal Superior Eleitoral é competente para julgar questão relativa à ofensa ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal fora do período eleitoral. Ausência de comprovação do prévio conhecimento, pelo beneficiário, da propaganda institucional com feição de propaganda eleitoral extemporânea, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 36 da Lei nº 9.504/97. Nesse entendimento, o Tribunal conheceu dos embargos de declaração e lhes deu parcial provimento. Unânime.

Embargos de Declaração na Representação nº 752/DF, rel. Min. Carlos Ayres Britto, em 10.8.2006.

Medida cautelar. Efeito suspensivo a recurso em mandado de segurança. Concessão. Desprovimento do recurso. Perda de objeto da cautelar. Cassação da liminar concedida.

Na sessão plenária de 30.5.2006 foi apreciado pelo TSE o Recurso em Mandado de Segurança nº 424/RN, ao qual a medida cautelar concedia efeito suspensivo. Ao RMS foi negado provimento, mantendo-se o acórdão *a quo*. Por se tratar de medida cautelar vinculada ao recurso ordinário, imperiosa se revela a decretação da perda de objeto, com a conseqüente revogação da liminar concedida. Nesse entendimento, o Tribunal decretou a perda de objeto da medida cautelar. Unânime.

Medida Cautelar nº 1.720/RN, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Recurso especial. Pesquisa eleitoral. Divulgação. Ausência de registro.

A divulgação de pesquisa sem o registro exigido pelo art. 33 da Lei nº 9.504/97 impõe a aplicação da multa prevista na referida legislação. A finalidade da lei é evitar a divulgação de pesquisa sem acompanhamento da Justiça Eleitoral, haja vista a forte influência que ela provoca no eleitorado. Irrelevante o fato de a divulgação da pesquisa não mencionar, concretamente, os índices apurados. O simples fato de ser propagado, de modo público e por veículo de comunicação, que o pretendo candidato ao cargo de prefeito, conforme pesquisa efetuada, está em primeiro lugar na preferência dos eleitores, tudo sem registro na Justiça Eleitoral, caracteriza infração ao art. 33 da Lei nº 9.504/97. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 26.029/RN, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Mandado de segurança. Ato. Presidente. Tribunal Regional Eleitoral. Concurso público. Prova. Gabarito definitivo. Modificação. Critério de correção. Poder Judiciário. Limite. Legalidade. Exame. Produção de prova. Impossibilidade.

Em matéria de concurso público, a apreciação pelo Poder Judiciário limita-se ao exame da legalidade das normas do edital e dos atos praticados pela comissão organizadora, sendo que o exame das questões das provas, suas respostas e formulações, compete tão-somente à banca examinadora. Não cabe a produção de provas em sede de mandado de segurança. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso em Mandado de Segurança nº 449/SC, rel. Min. Caputo Bastos, em 10.8.2006.

Mandado de segurança. Ato. Presidente. Tribunal Regional Eleitoral. Concurso público. Prova. Vista concedida. Critério de correção. Previsão no edital. Questões. Legalidade. Exame.

É direito subjetivo autônomo do candidato resguardado pelo art. 5º, inciso XXXIII, da CF/88 ter acesso a sua prova quando não há, no edital, proibição a este respeito. Previstos no edital os critérios de correção das provas, não há falar em sua inexistência pelo fato de não se concordar com eles. Em matéria de concurso público, a apreciação pelo Poder Judiciário limita-se ao exame da legalidade das normas do edital e dos atos praticados pela comissão organizadora, sendo que o exame das questões de provas, suas respostas e formulações, compete tão-somente à banca examinadora.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso em Mandado de Segurança nº 452/SC, rel. Min. Caputo Bastos, em 10.8.2006.

Recurso ordinário. Eleições 2002. Abuso de poder político. Uso indevido dos meios de comunicação. Não-caracterização. Potencialidade. Ausência.

O abuso do poder político requer demonstração de sua prática ter influído no pleito. Não caracteriza uso indevido dos meios de comunicação entrevista concedida a uma emissora radiofônica que cobriu o evento. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Ordinário nº 754/AL, rel. Min. José Delgado, em 15.8.2006.

Recurso ordinário. Captação irregular de sufrágio. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Doação de cestas básicas. Promessa de voto.

Captação ilícita de sufrágio comprovada da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, bem como do decidido no RO nº 741, rel. Min. Gomes de Barros, e no RCEd nº 616, rel. Min. José Delgado. Recurso ao qual se dá provimento, para cassar o diploma de Roberto Barros Filho e aplicar-lhe multa de 25 mil Ufirs, nos termos do art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Nesse entendimento, o Tribunal deu provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Ordinário nº 907/AC, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Consulta. Parlamentar. Propaganda eleitoral. Participação de candidato. Horário eleitoral gratuito. Processo eleitoral iniciado. Não-conhecimento.

Não se conhece de consulta após o início do processo eleitoral, máxime em se tratando de questionamento formulado em 19.7.2006. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

Consulta nº 1.353/DF, rel. Min. José Delgado, em 10.8.2006.

Consulta. Parlamentar. Propaganda eleitoral gratuita. Participação de artista. Inserções. Comícios. Processo eleitoral iniciado. Não-conhecimento.

Não se conhece de consulta após o início do processo eleitoral, máxime em se tratando de questionamento protocolado em 25.7.2006. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

Consulta nº 1.360/DF, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Consulta. Defensoria Pública da União. Concurso. Defensor público. Homologação. Período vedado. Autonomia do art. 134 da CF. Incidência da alínea b do inciso V do art. 73 da Lei nº 9.504/97. Iniciado período eleitoral. Não-conhecimento.

Iniciado o processo eleitoral, não se conhece de consulta. O objeto da consulta poderá ser apreciado pela Justiça

Eleitoral, em caso concreto. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

Consulta nº 1.362/DF, rel. Min. Carlos Ayres Britto, em 10.8.2006.

Consulta. Radiobrás. Recebimento como petição. Propaganda eleitoral gratuita. Transmissão de sinal. Emissora de rádio. Incapacidade técnica. Veiculação de mensagem. Solicitação.

A propaganda eleitoral gratuita tem por finalidade levar ao conhecimento geral, como forma de preservar igualdade de oportunidade, a ação política que o partido ou o candidato a cargo eletivo pretende desenvolver e as razões que induzam o eleitorado a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública. As questões envolvendo sinais emitidos por emissora geradora de rádio estão na órbita da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), agência reguladora responsável pela normatização e fiscalização dos serviços de radiodifusão e pelo uso de radiofrequência. Os problemas decorrentes da incapacidade técnica na administração da transmissão dos sinais gerados, quando interferirem na veiculação da propaganda eleitoral gratuita, deverão ser analisados no caso concreto pela Justiça Eleitoral, quando provocada pelo Ministério Público Eleitoral, pelos partidos políticos, coligações ou candidatos. Nesse

entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

Consulta nº 1.369/DF, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Lista tríplice. TRE/ES. Encaminhamento ao Poder Executivo.

Deferido o encaminhamento da lista tríplice, composta pelos nomes de Flávio Cheim Jorge, Antônio Nacif Nicolau e Rodrigo Marques de Abreu Júdice, ao chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 25, § 5º, do Código Eleitoral, para o preenchimento da vaga de juiz efetivo do TRE/ES, na classe de jurista, em decorrência do término do primeiro biênio de Flávio Cheim Jorge. Nesse entendimento, o Tribunal determinou o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo. Unânime.

Encaminhamento de Lista Tríplice nº 468/ES, rel. Min. Cezar Peluso, em 17.8.2006.

Lista tríplice. TRE/SP. Encaminhamento ao Poder Executivo.

Deferido o encaminhamento da lista tríplice, composta pelos nomes de Paulo Henrique dos Santos Lucon, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini e Clarissa Campos Bernardo, ao chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 25, § 5º, do Código Eleitoral, para o preenchimento da vaga de juiz efetivo do TRE/SP, na classe de jurista, em decorrência do término do segundo biênio de José Roberto Pacheco Di Francesco, em 12.7.2006. Nesse entendimento, o Tribunal determinou o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo. Unânime.

Encaminhamento de Lista Tríplice nº 473/SP, rel. Min. Cezar Peluso, em 17.8.2006.

Petição. Publicidade de projeto cultural. Benefícios da Lei Rouanet. Logomarca do Ministério da Cultura. Veiculação de publicidade. Propaganda institucional. Configuração. Conotação eleitoral.

A inserção de logomarca do Ministério da Cultura em peças promocionais destinadas a divulgar eventos culturais financiados pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC) em período eleitoral não é permitida. As expressões Fundo Nacional de Cultura (FNC) e Ministério da Cultura, inseridas na logomarca, subsumem-se à vedação prevista no art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/97. A publicidade não deve conter qualquer referência ao governo federal. Pode, contudo, indicar que o projeto cultural é financiado pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91). Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu do pedido. Unânime.

Petição nº 1.997/SP, rel. Min. José Delgado, em 17.8.2006.

Servidor. Requisição. Prorrogação. Ano eleitoral. Serviço eleitoral. Primazia sobre os demais serviços.

Suspensos os efeitos dos arts. 7º, parágrafo único, *in fine*, e 14 da Res. nº 20.753/2000, até 31 de dezembro do corrente ano, e reconsiderada a decisão proferida, a fim de consentir na permanência da servidora Maria Arlete Duarte Chmiewski no TRE/RJ, até o termo fixado. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu o pedido de reconsideração. Unânime.

Processo Administrativo nº 18.738/RJ, rel. Min. Cezar Peluso, em 3.8.2006.

Servidor. Requisição. Prorrogação. Lotação. Cartório eleitoral.

Considerados os fundamentos citados no PA nº 18.738/RJ, deferiu-se o pedido de reconsideração, para que a servidora Adelma Maria Costa permaneça prestando serviços no TRE/MG, 194ª ZE, até 31.12.2006. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu o pedido de reconsideração. Unânime.

Processo Administrativo nº 18.986/MG, rel. Min. Gerardo Grossi, em 17.8.2006.

Processo administrativo. Prorrogação. Requisição de servidor. Lotação. Secretaria. Tribunal Regional Eleitoral. Impossibilidade.

O TSE tem entendido que a prorrogação de requisição somente é admitida, uma única vez, quando se tratar de requisição para cartório eleitoral. No caso de requisição para Secretaria de Tribunal Regional Eleitoral não é admitida a prorrogação. Nesse entendimento, o Tribunal indeferiu o pedido. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.044/AL, rel. Min. Caputo Bastos, em 10.8.2006.

Processo administrativo. Segunda prorrogação. Requisição de servidor. Prestação de serviço em cartório eleitoral. Impossibilidade.

A prorrogação de requisição de servidor somente é permitida uma única vez para lotação em cartório eleitoral, a teor do art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.999/82. Nesse entendimento, o Tribunal indeferiu o pedido. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.182/SC, rel. Min. José Delgado, em 10.8.2006.

Servidor. Requisição. Prorrogação. Lotação. Secretaria de Tribunal.

Considerados os fundamentos citados no PA nº 18.738/RJ, deferiu-se o pedido de reconsideração, para que a servidora Lúcia Regina Lima Henriques permaneça prestando serviços na Secretaria do TRE/PE, até 31.12.2006. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu o pedido de reconsideração. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.515/PE, rel. Min. Gerardo Grossi, em 17.8.2006.

O **Informativo TSE**, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.

***Reestruturação. TRE/SE. Resolução nº 22.138/2006. Simetria. Homologação.**

Homologada, pelo TSE, a proposta de reestruturação, ante os pronunciamentos técnicos no sentido da observação da simetria prevista no § 1º do art. 9º da Res.-TSE nº 22.138/2006 e considerada a necessidade de implemento da organização funcional do Tribunal Regional Eleitoral de

Sergipe. Nesse entendimento, o Tribunal homologou a proposta do regional. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.574/SE, rel. Min. Marco Aurélio, em 15.8.2006.

**No mesmo sentido os processos administrativos nºs 19.591/RS, 19.592/PI, 19.593/AL, 19.606/TO, 19.607/GO, 19.619/PR, 19.620/MG, 19.621/CE, 19.622/DF, 19.623/PA, 19.624/RN, 19.625/AP, 19.626/MA, 19.627/MS, 19.628/BA e 19.642/AC.*

PUBLICADOS NO DJ

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.551/RS

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Agravo regimental. Eleição 2004. Agravo de instrumento. Má-formação. Procuração. Ausência. Negativa de seguimento (art. 36, § 6º, do RITSE). Pedido de complementação do instrumento. Impossibilidade. I – Faltante o traslado da procuração outorgando poderes ao subscritor do agravo, resta inviabilizado o conhecimento deste.

II – No que se refere à possibilidade de complementação do instrumento com a juntada de peça nesta instância, a Res.-TSE nº 21.477/2003, ao regulamentar a formação do agravo de instrumento nesta Justiça Especializada, dispôs no art. 3º, § 6º, que “não será admitida a complementação de instrumento deficiente perante o Tribunal Superior Eleitoral”.

III – Agravo a que se nega provimento.

DJ de 15.8.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.715/RS

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Eleição 2004. Afronta à lei. Ausência de prequestionamento. Prova. Impossibilidade de reexame. Fundamentos não atacados. Divergência jurisprudencial. Não configurada. Negado provimento.

I – Este Tribunal já assentou que o agravo regimental deve atacar especificamente todos os fundamentos do *decisum* que busca desconstituir, “sob pena de subsistirem suas conclusões”. (AgRgAg nº 5.720/RS, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, publicado no DJ de 5.8.2005.)

II – Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 15.8.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.750/RO

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Agravo regimental que não infirma todos os fundamentos em que se assentou a decisão agravada.

1. Deixando o recurso de atacar os fundamentos da decisão, deve ela subsistir. Caso em que o recurso manejado se revela insuscetível de atingir seu objetivo.

2. A pretensão do recorrente demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial eleitoral. Agravo desprovido.

DJ de 15.8.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.956/CE

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Representação. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Decisões. Instâncias ordinárias. Improcedência. Recurso especial. Dissídio jurisprudencial. Não-configuração. Reexame. Fatos e provas. Impossibilidade. Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal. Incidência. Agravo de instrumento. Negativa de seguimento. Agravo regimental. Apelo que não ataca os fundamentos da decisão agravada.

O agravo regimental deve atacar os fundamentos da decisão agravada, sob pena de subsistirem suas conclusões.

Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 15.8.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.470/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Recurso especial. Representação. Jornal. Veiculação. Notícias. Área educacional. Art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/97. Infração. Ausência. Agente público. Responsabilidade. Presunção. Potencialidade. Aferição. Necessidade. Agravo regimental. Pauta. Sustentação oral. Impossibilidade. Art. 36, § 9º, do RITSE. Decisão agravada. Fundamentos não afastados.

Não há previsão para inclusão em pauta e defesa oral no julgamento de agravo regimental (art. 36, § 9º, RITSE).

A prerrogativa de o relator, monocraticamente, apreciar recurso não implica cerceamento de defesa.

A decisão que contraria os interesses da parte não denota, por si só, ausência de fundamentação.

Divulgação de atos meramente administrativos, sem referência a nome, cargo ou imagem de candidato à reeleição não denota propaganda eleitoral.

A prática de conduta vedada pelo art. 73 da Lei nº 9.504/97 não conduz à automática cassação do registro ou do diploma.

O ingresso no feito depende de expresso requerimento. Não comporta conhecimento agravo regimental manejado por quem não integra a relação processual.

Nega-se provimento a agravo regimental que não afasta os fundamentos da decisão impugnada.

DJ de 15.8.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.849/RJ

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Recurso especial eleitoral. Investigação eleitoral. Abuso de poder. Inelegibilidade. Divergência. Não-caracterização. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Agravo regimental. Fundamentos não afastados.

Aplica-se o art. 22, XV, da Lei Complementar nº 64/90 à investigação judicial eleitoral julgada após o pleito.

O recurso especial não é o meio adequado para o reexame de fatos e provas.

Nega-se provimento a agravo regimental que não afasta os fundamentos da decisão impugnada.

DJ de 15.8.2006.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.822/PI

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Recurso especial. Ação de impugnação de mandato eletivo. Abuso do poder político. Doação de terreno. Omissão. Acórdão. Ausência. Corrupção. Captação ilícita de votos. Configuração. Prova. Gravação ambiental. Licitude. Prova emprestada. Admissibilidade. Exame. Potencialidade. Recurso especial conhecido parcialmente e desprovido.

I – Não há afronta ao art. 275 do Código Eleitoral se o acórdão dos embargos de declaração esclarece o quanto foi questionado.

II – A gravação efetuada por um dos interlocutores que se vê envolvido em fatos que, em tese, são tidos como criminosos, é prova lícita e pode servir de elemento probatório para a *notitia criminis* e para a persecução criminal, desde que corroborada por outras provas produzidas em juízo.

III – Garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa, é perfeitamente viável o uso da prova emprestada de um processo para instruir outro, mesmo que apenas uma das partes tenha participado daquele em que a prova fora produzida (precedentes).

IV – A afirmação contida no aresto recorrido de que não ficou comprovado que o abuso do poder político não teve potencialidade para influir no resultado do pleito demanda reexame de provas, o que é inexequível na via especial (enunciados nºs 279/STF e 7/STJ).

Recurso especial conhecido parcialmente e, nessa parte, desprovido.

DJ de 17.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.197, DE 11.4.2006

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.446/GO

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Altera o § 1º do art. 3º da Res.-TSE nº 21.009/2002, que estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.264, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.241/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Emissão. Certidão. Quitação eleitoral. Hipótese. Parcelamento. Multa. Não-conhecimento.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.265, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.248/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Veiculação. Propaganda eleitoral gratuita. Programação normal. Televisão. Rádio. Enquete. Sondagem. Pesquisa eleitoral. Possibilidade.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.266, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.254/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Conduta vedada. Revisão geral. Remuneração. Prazo. Eleições. Caso concreto. Não conhecida.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.267, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.261/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Utilização. Telão. Palco fixo. Comício. Possibilidade. Retransmissão. *Show* artístico gravado. Utilização. Trio elétrico. Impossibilidade.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.270, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.278/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Regulamentação. Dimensão. Faixa. Propaganda eleitoral. Inexistência. Utilização. Painel eletrônico. Propaganda eleitoral. Impossibilidade.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.271, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.284/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Condutas vedadas. Realização. Operação de crédito. Período eleitoral. Formulação ampla. Não conhecida.

I – Não se conhece da consulta quando a formulação não apresenta a necessária especificidade para que possa ser respondida pela Corte, bem como quando posta em termos muito amplos.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.273, DE 29.6.2006

CONSULTA Nº 1.290/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Consulta. Propaganda eleitoral. Fotografias. Faixas. Candidatos. Rodovias. Formulação ampla. Não conhecida.

I – Não se conhece da consulta quando a formulação não apresenta a necessária especificidade para que possa ser respondida pela Corte, bem como quando posta em termos muito amplos.

DJ de 16.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.276, DE 29.6.2006**CONSULTA Nº 1.299/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA****EMENTA:** Consulta. Propaganda eleitoral. Pintura. Muro. *Outdoor*. Início. Período eleitoral. Não conhecida.
DJ de 16.8.2006.**RESOLUÇÃO Nº 22.277, DE 29.6.2006****CONSULTA Nº 1.300/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA****EMENTA:** Consulta. Formação. Coligação.

Iniciado período para a realização das convenções, responder sobre formação de coligação poderia resultar em pronunciamento acerca de caso concreto, razão pela qual não se conhece da consulta.

DJ de 16.8.2006.**RESOLUÇÃO Nº 22.279, DE 29.6.2006****CONSULTA Nº 1.308/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA****EMENTA:** Consulta. Conduta vedada. Publicidade institucional. Despesas. Início. Período eleitoral. Não conhecida.**DJ de 16.8.2006.****RESOLUÇÃO Nº 22.282, DE 29.6.2006****CONSULTA Nº 1.314/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA****EMENTA:** Consulta. Formação. Coligação.

Iniciado período para a realização das convenções, responder sobre formação de coligação poderia resultar

em pronunciamento sobre caso concreto, razão pela qual não se conhece da consulta.

DJ de 16.8.2006.**RESOLUÇÃO Nº 22.289, DE 29.6.2006****PETIÇÃO Nº 1.826/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA****EMENTA:** Partido político. Estatuto. Alteração. Anotação e registro. Deferimento.

Atendidas as formalidades normativas, deve-se deferir o pedido de anotação e registro das alterações promovidas no estatuto do partido.

DJ de 16.8.2006.**RESOLUÇÃO Nº 22.290, DE 30.6.2006****CONSULTA Nº 1.273/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA****EMENTA:** Consulta. Propaganda eleitoral gratuita. Transmissão ao vivo. Impossibilidade.**DJ de 16.8.2006.****RESOLUÇÃO Nº 22.323, DE 3.8.2006****CONSULTA Nº 1.357/DF****RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO****EMENTA:** Consulta. Banco do Brasil. Projeto Criança Esperança. Apoio e doação. Natureza de processo administrativo. Prioridade constitucional absoluta à criança. Dever do Estado. Inexistência de objetivo eleitoral. Possibilidade.**DJ de 16.8.2006.**

PUBLICADOS EM SESSÃO

AGRAVO REGIMENTAL NA REPRESENTAÇÃO**Nº 953/DF****RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO****EMENTA:** Propaganda eleitoral. Princípio da indivisibilidade da ação. Majoração da multa. Sindicatos. Partidos políticos.

1. Fica espancada a impugnação sobre o princípio da indivisibilidade da ação quando se percebe que a decisão alcançou corretamente a distribuição da revista pela representada.

2. A leitura do material juntado aos autos demonstra claramente que há nítido intuito de beneficiar um dos candidatos à presidência da República e de prejudicar outro, configurando, neste caso, propaganda eleitoral negativa, o que é vedado de modo inequívoco pela legislação eleitoral em vigor (fls. 17, 18, 20, 21, 22). Releve-se, ainda, a configuração de propaganda eleitoral em período vedado.

3. Os sindicatos não podem substituir-se aos partidos políticos em matéria de propaganda eleitoral, vedada sua participação na forma do art. 24, VI, da Lei nº 9.504/97.

4. “A reincidência” – decidiu esta Corte na Representação nº 916 – “deve ser levada em conta para a fixação do valor

da multa. Mas não exclusivamente. Em cada caso, o julgador deve observar as circunstâncias concretas e avaliar com equilíbrio para impor a sanção legal”.

5. Agravos desprovidos.

*Publicado na sessão de 8.8.2006.***AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.967/SC****RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO****EMENTA:** Agravo regimental. Recurso especial. Eleições 2004. Reforma do aresto *a quo* dependente do reexame de provas. Incidência da Súmula-STJ nº 7.

1. Agravo regimental contra decisão que não conheceu de recurso especial em razão da incidência das súmulas nºs 284/STF e 7/STJ.

2. Aplicação da Súmula-STF nº 284 não questionada no recurso em análise.

3. As razões da agravante quanto ao cerne da questão – participação do recorrido em solenidades de inauguração de obras públicas ensejando violação aos arts. 73 e 77 da Lei nº 9.504/97 – corroboram o entendimento de que a pretensão não prescinde do reexame de material fático-probatório. Incidência da Súmula-STJ nº 7.

4. Agravo regimental não provido.

Publicado na sessão de 1º.8.2006.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NA REPRESENTAÇÃO Nº 947/DF**

**RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO
MENEZES DIREITO**

EMENTA: Representação em decorrência de veiculação de mensagem institucional indevida. Art. 73, VI, *b*, da Lei nº 9.504/97.

1. Não há omissão quando o acórdão enfrentou especificamente o ponto relativo à prática da conduta vedada alcançando a exegese da lei de regência.

2. Embargos de declaração rejeitados.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NA REPRESENTAÇÃO Nº 948/MG**

**RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO
MENEZES DIREITO**

EMENTA: Propaganda eleitoral extemporânea. Comercial veiculado pelo segundo representado. Propaganda em favor de candidato a cargo eletivo.

1. O fato de ter sido apresentado recurso em petição conjunta, diferente do que ocorreu quando da defesa, ocasionou a indicação de inércia de um dos representados. Mas isso não altera o julgado, que, sem a menor sombra de dúvida, desafiou as razões postas no agravo.

2. Embargos de declaração recebidos em parte, sem alteração do julgado.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

**RESOLUÇÃO Nº 22.296, DE 1º.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 115/DF**

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Registro de candidatura. Presidência e vice-presidência da República. Pedido. Requerimento. Partido e coligação. Arts. 21 e 23, *caput* e § 3º, da Res.-TSE nº 22.156/2006. Ausência. Escolha. Requerentes. Convenção partidária. Arts. 7º, *caput*, e 8º da Lei nº 9.504/97. Exigências legais e regulamentares. Não-atendimento.

1. Conforme prevêm os arts. 21 e 23, *caput* e § 3º, da Res.-TSE nº 22.156/2006, o pedido de registro de candidatura às eleições presidenciais deverá ser formulado pelo partido político ou coligação, devendo ser subscrito pelo presidente do diretório nacional ou da comissão diretora provisória ou por delegado autorizado, o que não se averigua no caso em exame.

2. É pressuposto para o pedido de registro de candidatura que os candidatos tenham sido escolhidos em convenção partidária, conforme disciplinam os arts. 7º, *caput*, e 8º da Lei nº 9.504/97.

3. Não há como deferir-se o pedido de registro por estar a chapa incompleta, a teor do disposto no art. 91 do Código Eleitoral.

Pedido de registro indeferido.

Publicado na sessão de 1º.8.2006.

**RESOLUÇÃO Nº 22.297, DE 1º.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 126/DF**

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Registro de candidatura à presidência da República. Eleições 2006. Coligação Por um Brasil Decente (PSDB/PFL). Requerimento em conformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

1. Registro da Coligação Por um Brasil Decente, integrada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

2. Documentação apresentada em conformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

3. Não houve impugnação nem notícia de inelegibilidade dos indicados aos cargos de presidente e de vice-presidente da República.

4. Os requerimentos de registro de candidatura de Geraldo José Alckmin e José Jorge Vasconcelos de Lima serão examinados nos RCP nºs 128 e 130, respectivamente.

5. Habilitação da coligação deferida. Pedido procedente.

Publicado na sessão de 1º.8.2006.

**RESOLUÇÃO Nº 22.298, DE 1º.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 128/DF**

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Registro de candidatura à presidência da República. Eleições 2006. Coligação Por um Brasil Decente (PSDB/PFL). Requerimento em conformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

1. A Coligação Por um Brasil Decente, integrada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), requer o registro da candidatura de Geraldo José Alckmin Filho para concorrer ao cargo de presidente da República no pleito de 1º.10.2006.

2. Documentação apresentada em conformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

3. Não houve impugnação nem notícia de inelegibilidade do indicado.

4. Registro de candidatura deferido.

Publicado na sessão de 1º.8.2006.

**RESOLUÇÃO Nº 22.299, DE 1º.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 130/DF**

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Registro de candidatura à vice-presidência da República. Eleições 2006. Coligação Por um Brasil Decente (PSDB/PFL). Requerimento em conformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

1. A Coligação Por um Brasil Decente, integrada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), requer o registro da candidatura de José Jorge Vasconcelos de Lima para concorrer ao cargo de vice-presidente da República no pleito de 1º.10.2006.

2. Documentação apresentada em conformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

3. Não houve impugnação nem notícia de inelegibilidade do indicado.

4. Registro de candidatura deferido.

Publicado na sessão de 1º.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.300, DE 1º.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 140/DF
RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Registro de candidatura à presidência da República. Eleições 2006. Requerimento em desconformidade com a Lei nº 9.504/97 e com a Res.-TSE nº 22.156/2006.

1. Requerimento de registro de candidatura para concorrer ao cargo de presidente da República nas eleições de 1º.10.2006.

2. Documentação apresentada não preenche os requisitos legais.

3. Registro de candidatura indeferido.

Publicado na sessão de 1º.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.319, DE 3.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 119/DF
RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

EMENTA: Candidatura. Registro. Documentação deficiente. Defesa. Complementação dos formulários ARC. Juntada de certidões criminais fornecidas pela Justiça Federal, pela Justiça Estadual, pelo STF e pelo STJ. Admissibilidade. Omissões supridas. Impugnações rejeitadas. Registros deferidos. Nada impede sejam complementados, com a apresentação da defesa contra impugnação, os documentos indispensáveis ao deferimento de registro de candidatura.

Publicado na sessão de 3.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.321, DE 3.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 121/DF
RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

EMENTA: Candidatura. Registro. Documentação deficiente. Defesa. Complementação dos formulários ARC. Juntada de certidões criminais fornecidas pela Justiça Federal, pela Justiça Estadual, pelo STF e pelo STJ. Admissibilidade. Omissões supridas. Impugnações rejeitadas. Registros deferidos. Nada impede sejam complementados, com a apresentação da defesa contra impugnação, os documentos indispensáveis ao deferimento de registro de candidatura.

Publicado na sessão de 3.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.322, DE 3.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 139/DF
RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Registro de candidatura individual (§ 4º do art. 11 da Lei nº 9.504/97). Presidência e vice-presidência da República. Impugnação. Ausência de indicação em convenção. Violação aos arts. 7º, *caput*, e 8º da Lei nº 9.504/97. Não-atendimento ao arts. 21, 23 e 24 da Res.-TSE nº 22.156/2006.

É requisito indispensável para o pedido de registro de candidatura que os candidatos sejam escolhidos em convenção.

Ante o não-atendimento dessa exigência, indefere-se o pedido de registro.

Impugnações acolhidas, registros indeferidos.

Publicado na sessão de 3.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.344, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 116/DF
RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Eleição presidencial. Pedido de registro de candidatura formulado pelo partido. Requisitos. Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97. Atendimento. Regularidade.

Tendo sido publicado o edital nos termos do art. 3º da LC nº 64/90 e estando presentes os documentos necessários à instrução do processo (Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97), tenho por regular o pedido de registro de candidatura formulado pelo Partido Social Liberal aos cargos de presidente e vice-presidente da República.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.345, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 117/DF
RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Eleição presidencial. Requerimento para registro de candidatura. Requisitos. Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97. Atendimento. Deferimento.

Tendo sido publicado o edital nos termos do art. 3º da LC nº 64/90 e estando presentes os documentos necessários à instrução do processo, deve ser deferido o pedido de registro de candidatura formulado pelo Partido Social Liberal ao cargo de presidente da República, uma vez que atendidas as prescrições da lei e da resolução deste Tribunal que disciplinam a matéria (Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97).

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.346, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 118/DF
RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Eleição presidencial. Requerimento para registro de candidatura. Requisitos. Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97. Atendimento. Deferimento.

Tendo sido publicado o edital nos termos do art. 3º da LC nº 64/90 e estando presentes os documentos necessários à instrução do processo, deve ser deferido o pedido de registro de candidatura formulado pelo Partido Social Liberal ao cargo de vice-presidente da República, uma vez que atendidas prescrições da lei e da resolução deste Tribunal que disciplinam a matéria (Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97).

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.347, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 125/DF
RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Registro de candidatura. Presidência e vice-presidência da República. Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap). Impugnação. Irregularidade. Cópia. Ata de convenção. Diligência realizada pela agremiação partidária. Vício sanado. Documentação. Partido, convenção e escolha dos candidatos. Regularidade.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.348, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 127/DF

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Registro de candidatura. Presidência da República. Pedido. Falta de documentos. Impugnação. Pretensão. Indeferimento. Irregularidade. Não-acolhimento. Diligência realizada pela agremiação partidária. Vício sanado. Quitação eleitoral. Falta. Prestação de contas. Eleições presidenciais de 2002. Res.-TSE nº 21.823. Incidência. Eleições 2006. Indeferimento.

1. Na Res.-TSE nº 21.823, este Tribunal firmou entendimento no sentido de que o conceito de quitação eleitoral abrange a regular prestação de contas de campanha eleitoral, caso se trate de candidatos.

2. Em face da ausência de prestação de contas relativa à campanha presidencial das eleições de 2002, em que o candidato concorreu ao mesmo cargo majoritário, é de reconhecer o não-cumprimento do requisito de quitação eleitoral, previsto no art. 11, § 1º, VI, da Lei nº 9.504/97.

Pedido de registro indeferido.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.349, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 129/DF

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Registro de candidatura. Vice-presidência da República. Pedido. Falta de documentos. Impugnação. Pretensão. Indeferimento. Irregularidade. Não-acolhimento. Diligência realizada pela agremiação partidária. Vício sanado. Desincompatibilização. Candidato. Servidor público e diretor sindical. Prazos. Atendimento.

1. Não há como acolher a pretensão formulada pelo Ministério Público Eleitoral que, em sede de impugnação, postulou o indeferimento de pedido de registro de candidatura, em face da ausência de documentos, se a agremiação partidária espontaneamente sanou tal irregularidade.

2. Atendidos os requisitos legais e regulamentares exigidos e tendo o candidato se desincompatibilizado de seus cargos de servidor público e diretor sindical, nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 64/90, é de deferir-se o pedido de registro de candidatura.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.350, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 131/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Demonstrativo de regularidade de atos partidários. Registro de candidatura. Presidente da República. Eleições 2006.

Inexistência de impugnação ao registro.

A documentação apresentada atende aos comandos legais. Habilitação de partido para participar das eleições de 2006.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.351, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 132/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Registro de candidatura. Presidente da república. Eleições 2006.

Inexistência de impugnação ao registro.

A documentação apresentada atende aos comandos legais.

Não há, nos autos, notícia de inelegibilidade.

Registro deferido.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.352, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 133/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Registro de candidatura. Vice-presidente da República. Eleições 2006.

Inexistência de impugnação ao registro.

A documentação apresentada atende aos comandos legais.

Não há, nos autos, notícia de inelegibilidade.

Registro deferido.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.353, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 134/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Eleição presidencial. Pedido de registro de candidatura formulado pelo partido. Requisitos. Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97. Atendimento. Regularidade.

Tendo sido publicado o edital nos termos do art. 3º da LC nº 64/90 e estando presentes os documentos necessários à instrução do processo (Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97), tenho por regular o pedido de registro de candidatura formulado pela Coligação Frente de Esquerda, formada pelo PSOL, PSTU e PCB, aos cargos de presidente e vice-presidente da República.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.354, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 135/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Eleição presidencial. Pedido de registro de candidatura formulado pelo partido. Requisitos. Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97. Atendimento. Deferimento.

Tendo sido publicado o edital nos termos do art. 3º da LC nº 64/90 e estando presentes os documentos necessários à instrução do processo (Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97), tenho por regular o pedido de registro de candidatura formulado pela Coligação Frente de Esquerda, formada pelo PSOL, PSTU e PCB, ao cargo de presidente da República.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.355, DE 15.8.2006
REGISTRO DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E
VICE-PRESIDÊNCIA Nº 136/DF

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Eleição presidencial. Pedido de registro de candidatura formulado pelo partido. Requisitos. Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97. Atendimento. Deferimento.

Tendo sido publicado o edital nos termos do art. 3º da LC nº 64/90 e estando presentes os documentos necessários à instrução do processo (Res.-TSE nº 22.156/2006 e Lei nº 9.504/97), tenho por regular o pedido de registro de candidatura formulado pela Coligação Frente de Esquerda (PSOL/PSTU/PCB) ao cargo de vice-presidente da República.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.356, DE 15.8.2006
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO REGISTRO DE
CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E VICE-
PRESIDÊNCIA Nº 137/DF
RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

EMENTA: Eleições presidenciais. Pedidos de registro de candidatura. Indeferimento. Embargos de declaração. Rejulgamento da causa. Inadmissibilidade. Recurso rejeitado.

Os embargos declaratórios não servem para rejulgamento da causa.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.357, DE 15.8.2006
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO REGISTRO DE
CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E VICE-
PRESIDÊNCIA Nº 138/DF
RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

EMENTA: Eleições presidenciais. Pedidos de registro de candidatura. Indeferimento. Embargos de declaração. Rejulgamento da causa. Inadmissibilidade. Recurso rejeitado.

Os embargos declaratórios não servem para rejulgamento da causa.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.358, DE 15.8.2006
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO REGISTRO DE
CANDIDATO À PRESIDÊNCIA E VICE-
PRESIDÊNCIA Nº 141/DF
RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

EMENTA: Eleições presidenciais. Pedidos de registro de candidatura. Indeferimento. Embargos de declaração. Rejulgamento da causa. Inadmissibilidade. Recurso rejeitado.

Os embargos declaratórios não servem para rejulgamento da causa.

Publicado na sessão de 15.8.2006.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 911/PB
RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

DECISÃO: Eleições 2006. Registro de candidato. Deputado estadual. Condição de elegibilidade. Art. 14, § 3º, VI, da Constituição Federal. Idade mínima. Ausência. Decisão regional. Indeferimento. Recurso ordinário. Recebimento. Recurso especial. Pressupostos específicos de admissibilidade. Não-atendimento. Pretensão. Deferimento condicional do pedido. Impossibilidade. Precedentes.

Recurso a que se nega seguimento.

O egrégio Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, à unanimidade, indeferiu o pedido de registro de candidatura de Carlos Rafael Medeiros de Souza, ao cargo de deputado

estadual, ao fundamento de que, na data da posse, não preencheria a condição de elegibilidade referente à idade mínima legalmente exigida.

Eis a ementa do acórdão regional (fl. 25):

“Requerimento de registro de candidatura. Deputado estadual. Idade mínima. Data da posse. Condição de elegibilidade. Não-preenchimento. Indeferimento.

Indefere-se pedido de registro de candidatura quando o candidato interessado não tiver a idade mínima para o cargo pleiteado, na data da posse.

Condição de elegibilidade indispensável. CF, art. 14, § 3º, VI.

Registro indeferido”.

Dessa decisão, foi interposto recurso ordinário, em que o candidato alega que seu assento de registro civil da Comarca de Cajazeiras/PB conteria erro material grosseiro, “(...) pois fez constar como data de seu nascimento 20.8.86 (...), quando na verdade deveria constar 20.8.85(...)” (fl. 30). Para comprovar a idade argüida, o recorrente afirma que acostou ao recurso cópias da certidão de batismo, do cartão de vacinação e da declaração do hospital em que nasceu.

Informa que propôs ação de retificação de registro civil em 20.6.2006, perante a 2ª Vara daquela comarca, sustentando que até a data da posse terá obtido êxito na referida demanda.

Defende que o registro poderia ser deferido sob condição, vinculando-se ao trâmite da referida ação de retificação.

Nesta instância, a ilustre Procuradoria-Geral Eleitoral manifestou-se pelo não-conhecimento do recurso (fls. 50-53).

Decido.

Cuidando-se de condição de elegibilidade, o recurso cabível no caso em exame é o recurso especial. Nesse sentido:

“Registro de candidatura. Condição de elegibilidade. Filiação partidária. Recurso especial. Cabimento.

Ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição Federal. Alegação não examinada pela Corte Regional. Falta de prequestionamento. Reexame de matéria fática. Impossibilidade.

1. O recurso cabível contra decisão que versa sobre condição de elegibilidade é o especial, enquanto o que cuida de inelegibilidade é o ordinário.

2. O recurso especial não se presta para reabrir discussão acerca da prova e dos fatos. Sua finalidade é verificar se questão federal foi decidida pela Corte Regional contra expressa disposição da Constituição da República ou de lei, ou se aquela decisão divergiu de julgado de outro Tribunal Eleitoral.

Recurso especial não conhecido” (grifo nosso). (Recurso Especial nº 19.983, rel. Min. Fernando Neves, de 27.8.2002.)

“Recurso. Adequação. Condição de elegibilidade. Em jogo condição de elegibilidade, como é a indicação do candidato pelo partido, o recurso cabível é o especial, cujo conhecimento pressupõe a observância de um dos permissivos do art. 276 do Código Eleitoral”

(grifo nosso). (Recurso Especial nº 12.051, rel. Min. Marco Aurélio, de 6.8.94.)

É certo que, com base no princípio da fungibilidade, é admitido o recebimento desse recurso como especial, devendo ser atendidos os pressupostos específicos de admissibilidade consistentes na indicação de ofensa a dispositivo legal ou constitucional ou divergência jurisprudencial.

Ocorre que, na espécie, o apelo não atende a tais permissivos, como assinalou o Ministério Público nesta instância, *verbis* (fls. 52-53):

“(…)

No mérito, o acórdão recorrido reconheceu que o recorrente não preenche a condição de elegibilidade relativa a idade mínima para o cargo pleiteado, consoante se observa do trecho a seguir transcrito:

‘No caso concreto, infere-se que o candidato interessado nasceu em 20.8.86, não tendo idade mínima exigida para o cargo de deputado estadual, que seria 21 anos na data da posse, ou seja, em 1º de fevereiro de 2007, nos termos do art. 14, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Lei nº 9.504/97.’ (Fl. 27.)

O recorrente não combateu esse fundamento do acórdão, não se ocupou de demonstrar ofensa a texto lei ou da Constituição, nem dissídio de jurisprudência. Em tal caso o recurso, que só pode ser examinado como especial, não se viabiliza.

A alegação de que está pendente de julgamento ação de retificação da data de seu nascimento, o que ensejaria o deferimento do registro sob condição resolutiva, constitui questão nova que não foi apreciada pelo acórdão recorrido. De qualquer modo, não pode a Justiça Eleitoral deferir o pedido sob condição, para aguardar uma decisão que nem mesmo se sabe se será favorável ao recorrente.

Essa Corte Superior já assentou que as condições de elegibilidade e as inelegibilidades são aferidas no momento do pedido de registro da candidatura. Confira-se, a propósito, este precedente:

‘Recurso especial. Eleição 2004. Registro de candidatura. Indeferimento. Filiação partidária. Condição de elegibilidade. Inexistência no momento do registro. Alegação de afronta (arts. 5º, XXXVI, da CF, 301, 467 e 468 do CPC). Prequestionamento. Ausência. Recurso desprovido.

I – O TSE já assentou que as inelegibilidades e as condições de elegibilidade devem ser

aferidas ao tempo do registro de candidatura. Não preenchendo o pré-candidato os requisitos para deferimento do registro, deve ser este indeferido. Nesse sentido, o julgado no Ag nº 4.556/SP, rel. Min. Fernando Neves, *DJ* de 21.6.2004.

II – A alegação de afronta aos arts. 5º, XXXVI, da CF, 301, 467 e 468 do CPC não pode ser apreciada por esta Corte, uma vez que lhe falta prequestionamento.’

[Ac. nº 21.719, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, sessão de 19.8.2004.]

(…)”.

Por pertinente, cito, ainda, o seguinte precedente:

“Duplicidade. Trânsito em julgado. Cassação imediata e *ex officio* do registro e diploma.

1. O registro de candidatura não deve ser deferido sob condição, uma vez que as condições de elegibilidades e as inelegibilidades devem ser aferidas no momento do julgamento do registro. Se o candidato não é inelegível e preenche todas as condições de elegibilidade, o seu registro deve ser deferido.

2. *Caso questão referente a um dos requisitos da candidatura esteja sub judice, o registro deve ser deferido ou indeferido de acordo com a situação do candidato naquele momento, mesmo que tenha havido recurso, porque os apelos eleitorais, em regra, não têm efeito suspensivo.*

(…)”. (Agravado de Instrumento nº 4.556, rel. Min. Fernando Neves, de 6.4.2004.)

Ademais, ainda que fosse possível examinar a questão, o apelo não mereceria prosperar, uma vez que, conforme afirmo na decisão monocrática que proferi na Medida Cautelar nº 1.873, correlata a este recurso, “(...) a alegação do requerente, no sentido de que completaria a idade de 21 anos antes da posse no cargo que pretende disputar, está na dependência de ação de retificação de registro, proposta em 20 de junho deste ano e ainda não julgada (fls. 3 e 10). A não ser que seja modificado seu registro de nascimento, o requerente, conforme a certidão de nascimento de fls. 15, conta apenas com 19 (dezenove) anos de idade, pois nasceu em 20 de agosto de 1986”, não restando, portanto, preenchida a condição de elegibilidade atinente à idade mínima exigida.

Por essas razões, nego seguimento ao recurso, com base no art. 36, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 17 de agosto de 2006.

Ministro MARCELO RIBEIRO, relator.

Publicado na sessão de 17.8.2006.

DECISÕES DOS JUÍZES AUXILIARES

REPRESENTAÇÃO Nº 984/PE

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO: Relatório. Adoto o do Ministério Público (fls. 36/38).

Decido. Sem razão o representante. O artigo de Roberto Pompeu de Toledo insere-se, a meu ver, na liberdade de expressão de opinião. Na verdade, sua leitura integral demonstra que o articulista teve o intuito não de difamar, caluniar ou injuriar o requerente, mas de criticar as normas que, no seu entender, vigorariam para a presente eleição e que determinariam a necessidade de serem convidados, para os debates em televisão, todos os candidatos de partidos com representação na Câmara.

Isso levaria, segundo pensa o articulista, a que se concedesse espaço exagerado, especialmente na TV Globo, relativo à agenda de candidatos sem chance de serem eleitos. Alude, a propósito, a um suposto acordo formulado entre a referida emissora e os candidatos de partidos de menor representação, segundo o qual teriam eles suas atividades de campanha noticiadas, em troca de não participarem de debates que estão previstos.

Os trechos do artigo considerados ofensivos devem, a meu ver, ser entendidos no contexto geral do ensaio. Dele, se verifica que a qualificação do representante como “turista” não se revela ofensiva, mas apenas expressa a opinião do articulista, segundo o qual o representante, pelo seu modo de vestir, em uma segunda-feira, no centro de São Paulo, pareceria um turista. Na segunda referência a “turista”, vê-se que o articulista procurou, na verdade, acentuar sua visão de que o representante é daqueles candidatos que não teriam chance de vencer a disputa eleitoral e, por isso, suas movimentações se assemelhariam a uma espécie de turismo.

Não vejo, no ponto, intenção de difamar, caluniar ou injuriar, mas apenas exercício do direito de crítica, ao qual os homens públicos, especialmente em época eleitoral, devem se submeter.

Quanto à expressão “visando a sabe-se lá que vantagens”, penso que só pode ser considerada ofensiva se pinçada do contexto onde inserida. Vê-se que, logo após tal expressão, o articulista afirma que, em sua ótica, talvez seja por “diversão”, ou para “vencer o tédio,” ou por ser uma “experiência diferente”, que cidadãos, a seu ver sem chances de serem eleitos, se candidatem à presidência da República.

Nota-se, portanto, que o articulista, em nenhum momento, sugeriu que o representante estivesse “procurando vantagens inconfessáveis”, como alega este às fls. 3/4.

O que foi dito, a meu juízo, não autoriza a concessão de direito de resposta. Repito que os homens públicos, especialmente quando candidatos, devem tolerar críticas mais profundas do que um cidadão comum.

Assim e porque não vislumbro no texto, entendido em sua integralidade, as ofensas alegadas pelo representante, ou divulgação de fato sabidamente inverídico, julgo improcedente a representação.

Intimem-se.

Brasília/DF, 15 de agosto de 2006.

Ministro MARCELO RIBEIRO, relator.

Publicada na Secretaria em 16.8.2006, às 18h30min.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.004/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

DESPACHO/DECISÃO: A Coligação Por um Brasil Decente ingressa com representação apoiada no art. 6º, § 2º, da Lei nº 9.504/97 alegando que a representada “veiculou hoje (15 de agosto de 2002), nas rádios, propagandas eleitorais em inserções nas quais não identificou a coligação e não identificou – como manda a lei – as legendas de todos os partidos que a integram” (fl. 2). Sustenta que a “vontade do legislador foi a de dar ao eleitor a informação transparente das composições políticas que sustentam uma candidatura para as eleições” (fl. 4). Além disso, afirmou que não é motivo para escapar do cumprimento da lei o fato do tempo ser exíguo, porquanto quanto “maior o número de partidos coligados, maior é o tempo da propaganda eleitoral possível, sendo facultado à coligação, ademais, agrupar suas inserções em tempos que vão de 30 a 60 segundos (com inserções de 15 segundos)” (fl. 4). Para a coligação representante, o comportamento da representada quebra a igualdade entre os candidatos. Pede a liminar para que seja retirada a veiculação das inserções que não contenham a identificação dos partidos que a integram.

Em princípio, na linha de precedente da Corte, não cabe deferir liminar para determinar a retirada das inserções. É que, com a relatoria do Ministro Caputo Bastos, sem discrepância de votos, ficou assentado que se verificada na propaganda eleitoral gratuita a ausência de identificação dos partidos correspondentes, como previsto no art. 6º, § 2º, da Lei nº 9.504/97, o julgador, diante da ausência de regra jurídica que estabeleça sanção, deve advertir o autor da conduta vedada, “pena de desobediência (art. 347 do Código Eleitoral)” (AgRg nos Embargos de Declaração na Representação nº 439/DF, publicado na sessão de 19.9.2002).

Destarte, indefiro a medida liminar.

Intime-se.

Brasília/DF, 17 de agosto de 2006.

Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, relator.

Publicada na Secretaria em 17.8.2006, às 16h.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.005/DF

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO: Em uma análise preliminar, penso que assiste, em parte, razão à representante. Assisti à fita de vídeo (DVD) anexada aos autos e verifiquei que, enquanto o presidente da República manifesta seu apoio ao candidato ao governo de São Paulo de seu partido, inclusive aludindo a uma parceria entre gestões – estadual e federal –, aparece imagem com a expressão: “Lula presidente”.

No ponto, a meu sentir, ocorre a chamada “invasão” de horário destinado à propaganda para eleição estadual. A expressão “Lula presidente” configura propaganda eleitoral do candidato à presidência da República da Coligação Força do Povo. Quanto às demais alegações, não percebo, ao menos de início, a presença do *fumus boni iuris*, ressaltando, no entanto, que, no exame final da representação, aprofundarei a análise a respeito.

Assim, *defiro parcialmente a liminar* para proibir a transmissão do programa gravado no DVD em anexo, no que se refere à imagem veiculando a expressão “Lula presidente”.

Intimem-se. Transcorrido o prazo para a resposta, encaminhem-se os autos ao douto Ministério Público Eleitoral, para parecer em 24 (vinte e quatro) horas. Após, voltem-me conclusos.

Brasília/DF, 16 de agosto de 2006.

Ministro MARCELO RIBEIRO, relator.

Publicada na Secretaria em 17.8.2006, às 12h10min.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.014/DF

RELATOR: MINISTRO ARI PARGENDLER

DESPACHO/DECISÃO: O estado dos autos não autoriza um convencimento judicial. Indefiro, por isso, a medida liminar. Aguarde-se a manifestação da representada.

Em 19.8.2006.

Ministro ARI PARGENDLER.

Publicada na Secretaria em 19.8.2006, às 10h20min.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.015/DF

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO: O pedido de liminar, em face de sua satisfatividade, não deve ser deferido.

Transcorrido o prazo para resposta, ouça-se o MP em 24h. Após, conclusos.

18.8.2006.

Ministro MARCELO RIBEIRO.

Publicada na Secretaria em 19.8.2006, às 10h.

DESTAQUE

RESOLUÇÃO Nº 22.261, DE 29.6.2006

INSTRUÇÃO Nº 107/DF

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

Dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe conferem o art. 23, IX, do Código Eleitoral, o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e o art 2º da Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006, resolve:

Capítulo I Disposições Preliminares

Art. 1º A propaganda eleitoral somente será permitida a partir de 6 de julho do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 36, cabeça do artigo).

§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo será permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido político, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, permitida a afixação de faixas e cartazes em local próximo da convenção, com mensagem aos convencionais, vedado o uso de rádio, televisão, *outdoor* e Internet (Lei nº 9.504/97, art. 36, § 1º).

§ 2º A violação do disposto no parágrafo anterior sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$21.282,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta e dois reais) a R\$53.205,00 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais) ou equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.

§ 3º Não caracterizará propaganda extemporânea a manutenção de página na Internet, desde que nela não haja pedido de votos, menção ao número do candidato ou ao de seu partido ou qualquer outra referência à eleição.

Art. 2º Será vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, a veiculação de qualquer propaganda política na Internet ou mediante rádio ou televisão – incluídos, entre outros, as rádios comunitárias e os canais de televisão VHF, UHF e por assinatura, e, ainda, a realização de comícios ou reuniões públicas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

Art. 3º A partir de 1º de julho do ano da eleição, não será veiculada a propaganda partidária gratuita, prevista na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, nem permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio ou na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 36, § 2º).

Capítulo II Da Propaganda em Geral

Art. 4º A propaganda, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária (Código Eleitoral, art. 242, cabeça do artigo).

§ 1º Na propaganda para eleição majoritária, a coligação usará, obrigatoriamente e de modo legível, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos políticos que a integram; na propaganda para eleição proporcional, cada partido político usará apenas sua legenda sob o nome da coligação (Lei nº 9.504/97, art. 6º, § 2º).

§ 2º Da propaganda dos candidatos a presidente da República, a governador de estado ou do Distrito Federal e a senador, deverá constar, também, o nome do candidato a vice-presidente, a vice-governador e dos candidatos a suplente de senador.

§ 3º A propaganda só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais (Código Eleitoral, art. 242, cabeça do artigo).

§ 4º Sem prejuízo do processo e das penas cominadas, a Justiça Eleitoral adotará medidas para impedir ou fazer cessar

imediatamente a propaganda realizada com infração do disposto na cabeça deste artigo (Código Eleitoral, art. 242, parágrafo único; Res.-TSE nº 18.698/92).

Art. 5º Em páginas de provedores de serviços de acesso à Internet, não será admitido nenhum tipo de propaganda eleitoral, em nenhum período.

Art. 6º Não será tolerada propaganda (Código Eleitoral, art. 243, I a IX):

I – de guerra, de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classes;

II – que provoque animosidade entre as Forças Armadas ou contra elas, ou delas contra as classes e as instituições civis;

III – de incitamento de atentado contra pessoa ou bens;

IV – de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento de lei de ordem pública;

V – que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

VI – que perturbe o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

VII – por meio de impressos ou de objetos que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

VIII – que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a qualquer restrição de direito;

IX – que calunie, difame ou injurie qualquer pessoa, bem como atinja órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

X – que desrespeite os símbolos nacionais.

Parágrafo único. O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no juízo cível, a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político deste, quando responsável por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele (Código Eleitoral, art. 243, § 1º).

Art. 7º A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não dependerá de licença da polícia (Lei nº 9.504/97, art. 39, cabeça do artigo).

§ 1º O candidato, o partido político ou a coligação promotora do ato fará a devida comunicação à autoridade policial com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 1º).

§ 2º A autoridade policial tomará as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 2º).

§ 3º Aos juízes eleitorais designados pelos tribunais regionais eleitorais, nas capitais e nos municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, e aos juízes eleitorais, nas demais localidades, competirá julgar as reclamações sobre a localização dos comícios e tomar providências sobre a distribuição equitativa dos locais aos partidos políticos e às coligações (Código Eleitoral, art. 245, § 3º).

Art. 8º Será assegurado aos partidos políticos e às coligações o direito de, independentemente de licença da autoridade pública e de pagamento de qualquer contribuição (Lei nº 9.504/97, art. 39, §§ 3º e 5º; Código Eleitoral, art. 244, I e II):

I – fazer inscrever, na fachada de suas sedes e dependências, o nome que os designe, pela forma que melhor lhes parecer;

II – instalar e fazer funcionar, normalmente, das 8h às 22h, no período compreendido entre o início da propaganda eleitoral e a véspera da eleição, alto-falantes ou amplificadores de voz, nos locais referidos, assim como em veículos seus ou à sua disposição, em território nacional, com observância da legislação comum;

III – comercializar material de divulgação institucional, desde que não contenha nome e número de candidato, bem como cargo em disputa.

§ 1º São vedados a instalação e o uso de alto-falantes ou amplificadores de som em distância inferior a duzentos metros (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, I a III):

I – das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, das sedes dos órgãos judiciais, dos quartéis e de outros estabelecimentos militares;

II – dos hospitais e casas de saúde;

III – das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

§ 2º A realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 4º, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

§ 3º É proibida a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 7º, acrescentado pela Lei nº 11.300/2006).

§ 4º É vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 6º, acrescentado pela Lei nº 11.300/2006).

Art. 9º Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados (Lei nº 9.504/97, art. 37, cabeça do artigo, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto na cabeça deste artigo sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, à multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) a R\$8.000,00 (oito mil reais) (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 1º com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

§ 2º Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pelo Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, igrejas, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

§ 3º Será permitida a colocação de bonecos e de cartazes não fixos ao longo das vias públicas, desde que não dificulte o bom andamento do trânsito.

§ 4º Será vedada a fixação de propaganda com arames em locais de trânsito de pedestres.

§ 5º Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral ficará a critério da Mesa Diretora (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 3º).

Art. 10. Em bens particulares, independência de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não contrariem o disposto na legislação ou nestas instruções (Lei nº 9.504/97, art. 37, § 2º).

§ 1º A colocação em bens particulares de placas, cartazes, ou outro tipo de propaganda eleitoral, em tamanho, características ou quantidade que possa configurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico, deverá ser apurada e punida nos termos do art. 22 da LC nº 64/90.

§ 2º Compete à Justiça Comum processar e julgar as demandas que versem sobre pedido de indenização pela veiculação de propaganda eleitoral em bem particular, sem autorização do proprietário.

Art. 11. Independência da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais deverão ser editados sob a responsabilidade do partido político, da coligação ou do candidato (Lei nº 9.504/97, art. 38).

Parágrafo único. Todo material impresso deverá conter o número de inscrição no CNPJ da empresa que o confeccionou.

Art. 12. O candidato cujo registro estiver *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à sua campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito para sua propaganda, no rádio e na televisão.

Capítulo III

Da Propaganda Eleitoral Mediante *Outdoors*

Art. 13. É vedada a propaganda eleitoral mediante *outdoors*, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, coligações e candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de 5.000 (cinco mil) a 15.000 (quinze mil) Ufirs (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 8º, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

Parágrafo único. Considera-se *outdoor*, para efeitos destas instruções, os engenhos publicitários explorados comercialmente.

Capítulo IV

Da Propaganda Eleitoral na Imprensa

Art. 14. É permitida, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral,

no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide (Lei nº 9.504/97, art. 43, cabeça do artigo, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os partidos, coligações ou candidatos beneficiados a multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior (Lei nº 9.504/97, art. 43, parágrafo único, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

§ 2º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra da cabeça do artigo, de acordo com o tipo de que mais se aproxime (Ac.-TSE nº 15.897, de 2.9.99).

§ 3º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato, a partido político ou a coligação pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90.

Capítulo V

Da Programação Normal e Noticiário no Rádio e na Televisão

Art. 15. A partir de 1º de julho do ano da eleição, será vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário (Lei nº 9.504/97, art. 45, I a VI):

I – transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II – usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação, bem como veicular programa com esse efeito;

III – veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido político ou coligação e a seus órgãos ou representantes;

IV – dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

V – veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

VI – divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou o nome por ele indicado para uso na urna eletrônica, e, sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.

§ 1º Entende-se por trucagem todo e qualquer efeito realizado em áudio ou vídeo que possa degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtue a realidade e beneficie ou prejudique qualquer candidato, partido político ou coligação.

§ 2º Entende-se por montagem toda e qualquer junção de registros de áudio ou vídeo que possa degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou

desvirtue a realidade e beneficie ou prejudique qualquer candidato, partido político ou coligação.

§ 3º A inobservância do disposto neste artigo sujeita a emissora ao pagamento de multa no valor de R\$21.282,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta e dois reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais), duplicada em caso de reincidência (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 2º).

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se às páginas mantidas pelas empresas de comunicação social na Internet e demais redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado, inclusive provedores da Internet (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 3º).

Art. 16. A partir do resultado da convenção, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 1º, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

§ 1º A inobservância do disposto neste artigo sujeita a emissora ao pagamento de multa no valor de R\$21.282,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta e dois reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais), duplicada em caso de reincidência (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 2º).

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se às páginas mantidas pelas empresas de comunicação social na Internet e demais redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 3º).

Art. 17. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nestas instruções, será facultada a transmissão, por emissora de rádio ou televisão, de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional (Lei nº 9.504/97, art. 46).

Parágrafo único. O debate será realizado segundo regras estabelecidas em acordo celebrado entre todos os partidos políticos e coligações com candidatos ao pleito e a emissora de rádio ou televisão interessada na realização do evento, o qual deverá ser submetido à homologação da Justiça Eleitoral.

Art. 18. Inexistindo acordo, o debate, inclusive os realizados na Internet ou em qualquer outro meio eletrônico de comunicação, seguirá as seguintes regras, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, e facultada a dos demais (Lei nº 9.504/97, art. 46, I a III):

I – nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

- a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos;
- b) em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos;

II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos políticos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

III – os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora, fazendo-se mediante sorteio a escolha do dia e da ordem de fala de cada candidato, salvo se celebrado acordo em outro sentido entre os partidos políticos e coligações interessados.

§ 1º Será admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido político ou de coligação, desde

que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate (Lei nº 9.504/97, art. 46, § 1º).

§ 2º Será vedada a presença de um mesmo candidato à eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora (Lei nº 9.504/97, art. 46, § 2º).

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará a empresa infratora à suspensão, por vinte e quatro horas, da sua programação e à transmissão a cada quinze minutos da informação de que se encontra fora do ar por haver desobedecido à Lei Eleitoral; em cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado (Lei nº 9.504/97, art. 46, § 3º, c.c. art. 56, §§ 1º e 2º).

§ 4º Para efeito do disposto na cabeça deste artigo, a representação de cada partido político na Câmara dos Deputados será a existente no início da legislatura em curso, considerando-se o número de deputados que tomaram posse nessa data e a legenda à qual estavam filiados no momento da votação (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 3º; Res.-TSE nº 21.805, de 8.6.2004).

§ 5º O horário destinado à realização de debate poderá ser destinado à entrevista de candidato, caso apenas este tenha comparecido ao evento.

Art. 19. Os pré-candidatos poderão participar de entrevistas, debates e encontros antes de 6 de julho do ano da eleição (Res.-TSE nº 21.072, de 23.4.2002).

Capítulo VI

Da Propaganda Eleitoral Gratuita no Rádio e na Televisão

Art. 20. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringir-se-á ao horário gratuito, vedada a veiculação de propaganda paga (Lei nº 9.504/97, art. 44).

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente (Lei nº 4.117/62, art. 70; Lei Complementar nº 64/90, art. 22).

Art. 21. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura, referidos no art. 68 destas instruções, reservarão, no período de quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, a ser feita da seguinte forma (Lei nº 9.504/97, art. 47, cabeça do artigo, § 1º, I a V):

I – na eleição para presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

- a) das 7h às 7h25 e das 12h às 12h25, no rádio;
- b) das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55, na televisão;

II – nas eleições para deputado federal, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

- a) das 7h25 às 7h50 e das 12h25 às 12h50, no rádio;
- b) das 13h25 às 13h50 e das 20h55 às 21h20, na televisão;

III – nas eleições para governador de estado e do Distrito Federal, às segundas, quartas e sextas-feiras:

- a) das 7h às 7h20 e das 12h às 12h20, no rádio;
- b) das 13h às 13h20 e das 20h30 às 20h50, na televisão;

IV – nas eleições para deputado estadual e deputado distrital, às segundas, quartas e sextas-feiras:

- a) das 7h20 às 7h40 e das 12h20 às 12h40, no rádio;

b) das 13h20 às 13h40 e das 20h50 às 21h10, na televisão;
V – na eleição para senador, às segundas, quartas e sextas-feiras:

- a) das 7h40 às 7h50 e das 12h40 às 12h50, no rádio;
- b) das 13h40 às 13h50 e das 21h10 às 21h20, na televisão.

Parágrafo único. Na veiculação da propaganda eleitoral gratuita, será considerado o horário de Brasília/DF.

Art. 22. O Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais distribuirão os horários reservados à propaganda de cada eleição entre os partidos políticos e as coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 2º, I e II; Ac.-TSE nº 8.427, de 30.10.86):

I – um terço, igualmente;

II – dois terços, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos políticos que a integrem.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, a representação de cada partido político na Câmara dos Deputados será a existente na data de início da legislatura que estiver em curso, considerando-se o número de deputados que tomaram posse nessa data e a legenda à qual estavam filiados no momento da votação (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 3º; Res.-TSE nº 21.805, de 8.6.2004).

§ 2º O número de representantes de partido político que tiver resultado de fusão ou a que se tiver incorporado outro corresponderá à soma dos representantes que os partidos políticos de origem possuíam na data mencionada no parágrafo anterior (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 4º).

§ 3º Aos partidos políticos e coligações que, após a aplicação dos critérios de distribuição referidos na cabeça deste artigo, obtiverem direito a parcela do horário eleitoral inferior a trinta segundos, será assegurado o direito de acumulá-lo para uso em tempo equivalente (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 6º).

§ 4º Se o candidato a presidente, a governador ou a senador deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não havendo substituição, far-se-á nova distribuição do tempo entre os candidatos remanescentes (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 5º).

§ 5º Para fins de divisão do tempo reservado à propaganda, não serão consideradas as frações de segundo; as sobras que resultarem desse procedimento serão adicionadas ao tempo destinado ao último partido político ou à coligação a se apresentar para determinada eleição, a cada dia.

§ 6º A Justiça Eleitoral, os representantes das emissoras de rádio e televisão e os representantes dos partidos políticos, por ocasião da elaboração do plano de mídia, compensarão sobras e excessos, respeitando-se o horário reservado para propaganda eleitoral gratuita.

§ 7º As coligações serão sempre tratadas como um único partido político.

Art. 23. Será vedado aos partidos políticos e coligações incluir, no horário destinado aos candidatos proporcionais, propaganda das candidaturas majoritárias, ou vice-versa, ressalvada a utilização, durante a exibição do programa, de legendas e acessórios com referência a candidatos

majoritários, ou, ao fundo, cartazes ou fotografias desses candidatos.

Parágrafo único. O partido político ou a coligação que não observar a regra contida na cabeça deste artigo perderá, em seu horário de propaganda gratuita, tempo equivalente no horário reservado à propaganda da eleição disputada pelo candidato beneficiado.

Art. 24. Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão reservarão, a partir de quarenta e oito horas da proclamação dos resultados do primeiro turno pelo respectivo Tribunal até a antevéspera da eleição, horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita, dividido em dois períodos diários de vinte minutos para cada eleição, inclusive aos domingos, iniciando-se às 7h e às 12h, no rádio, e às 13h e às 20h30, na televisão, horário de Brasília (Lei nº 9.504/97, art. 49, cabeça do artigo).

§ 1º Em circunscrição onde houver segundo turno para presidente e governador, o horário reservado à propaganda deste iniciar-se-á imediatamente após o término do horário reservado ao primeiro (Lei nº 9.504/97, art. 49, § 1º).

§ 2º O tempo de cada período diário será dividido igualmente entre os candidatos (Lei nº 9.504/97, art. 49, § 2º).

§ 3º Se não houver segundo turno para presidente, a propaganda para governador, em dois períodos diários de vinte minutos, terá início às 7h e às 12h, no rádio, e às 13h e às 20h30, na televisão, e o tempo será integralmente a ela destinado.

Art. 25. O Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais efetuarão o sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito; a cada dia que se seguir, a propaganda veiculada por último, na véspera, será a primeira, apresentando-se as demais na ordem do sorteio (Lei nº 9.504/97, art. 50).

Art. 26. Durante o período mencionado nos arts. 21 e 24 destas instruções, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura, referidos no art. 68 destas instruções, reservarão, ainda, trinta minutos diários, inclusive aos domingos, para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de até sessenta segundos, a critério do respectivo partido político ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido político ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre 8h e 24h, nos termos do art. 22 destas instruções, obedecido o seguinte (Lei nº 9.504/97, art. 51, I, III e IV; Res.-TSE nº 20.265, de 1º.7.98):

I – o tempo será dividido em partes iguais – seis minutos para cada cargo – para a utilização nas campanhas dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, bem como de suas legendas partidárias ou das que compoñham a coligação, quando for o caso;

II – a distribuição levará em conta os blocos de audiência entre 8h e 12h, 12h e 18h, 18h e 21h, 21h e 24h, de modo que o número de inserções seja dividido igualmente entre eles;

III – na veiculação das inserções, será vedada a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais, e a veiculação de mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação.

§ 1º As inserções no rádio e na televisão serão calculadas à base de trinta segundos e poderão ser divididas em módulos de quinze segundos, ou agrupadas em módulos de sessenta segundos, a critério de cada partido político ou coligação (Res.-TSE nº 20.698, de 15.8.2000).

§ 2º As emissoras de rádio e televisão deverão evitar a veiculação de inserções idênticas no mesmo intervalo, ou, não sendo isso possível, deverão evitar que sejam transmitidas uma em sequência à outra.

§ 3º Se houver segundo turno, o tempo diário reservado às inserções será de trinta minutos diários, sendo quinze minutos para campanha de presidente da República e quinze minutos para campanha de governador, divididos igualmente entre os candidatos; se, após proclamados os resultados, não houver segundo turno para presidente da República, o tempo será integralmente destinado à eleição de governador, onde houver (Res.-TSE nº 20.377, de 6.10.98).

Art. 27. A partir de 8 de julho do ano da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais convocarão os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e de rádio para elaborarem o plano de mídia, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência (Lei nº 9.504/97, art. 52).

Parágrafo único. Caso os representantes dos partidos políticos e das emissoras não cheguem a um acordo, a Justiça Eleitoral deverá elaborar o plano de mídia, utilizando o sistema desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (Res.-TSE nº 21.725, de 27.4.2004).

Art. 28. Os partidos políticos e as coligações deverão apresentar mapas de mídia às emissoras, observados os seguintes requisitos (Res.-TSE nº 20.329, de 25.8.98):

- I – nome do partido político ou da coligação;
- II – título ou número do filme a ser veiculado;
- III – duração do filme;
- IV – dias e faixas de veiculação;

V – nome e assinatura de pessoa credenciada pelos partidos políticos e pelas coligações para a entrega das fitas com os programas que serão veiculados.

§ 1º Sem prejuízo do prazo para a entrega das fitas, os mapas de mídia deverão ser apresentados até as 14h da véspera de sua veiculação.

§ 2º Para as transmissões previstas para sábados, domingos e segundas-feiras, os mapas deverão ser apresentados até as 14h da sexta-feira imediatamente anterior.

§ 3º As emissoras ficarão eximidas de responsabilidade decorrente de transmissão de programa em desacordo com os mapas de mídia apresentados, quando não observado o prazo estabelecido nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º Os partidos políticos e as coligações deverão indicar ao Tribunal Superior Eleitoral e aos tribunais regionais eleitorais, previamente, para posterior comunicação às emissoras, as pessoas autorizadas a apresentar o mapa de mídia e as fitas com os programas que serão veiculados, bem como informar o número de telefone em que poderão ser encontradas em caso de necessidade, devendo a substituição das pessoas indicadas ser feita com vinte e quatro horas de antecedência.

§ 5º As emissoras estarão desobrigadas do recebimento de mapas de mídia e material que não forem encaminhados pelas pessoas credenciadas.

§ 6º As emissoras deverão fornecer à Justiça Eleitoral, previamente, a indicação dos endereços, telefones, números de fac-símile e os nomes das pessoas responsáveis pelo recebimento de fitas e mapas de mídia.

§ 7º A propaganda de candidato de coligação não será admitida se a fita for entregue apenas em nome de um dos partidos políticos dela integrantes.

Art. 29. Os programas de propaganda eleitoral gratuita deverão ser gravados em meio de armazenamento compatível com as condições técnicas da emissora geradora.

§ 1º As gravações deverão ser conservadas pelo prazo de vinte dias depois de transmitidas pelas emissoras de até um quilowatt e pelo prazo de trinta dias, pelas demais (Lei nº 4.117/62, art. 71, § 3º, com alterações do Decreto Legislativo nº 236/67).

§ 2º As emissoras e os partidos políticos ou coligações acordarão, sob a supervisão da Justiça Eleitoral, sobre a entrega das gravações, obedecida a antecedência mínima de quatro horas do horário previsto para o início da transmissão, dos programas divulgados em rede; e de doze horas do início do bloco no caso das inserções, sempre no local da geração.

§ 3º A propaganda eleitoral a ser veiculada no programa de rádio que vai ao ar às 7h deverá ser entregue até as 22h do dia anterior.

§ 4º Em cada fita a ser encaminhada à emissora, o partido político ou a coligação deverá incluir a claquete, na qual deverão constar as informações constantes dos incisos I a IV da cabeça do art. 28 destas instruções, que servirão para controle interno da emissora, não devendo ser veiculada ou computada no tempo reservado para o programa eleitoral.

§ 5º Cumprida a determinação do parágrafo anterior, o partido político ou a coligação deve encaminhar à Secretaria Judiciária do juízo competente cópia da claquete.

§ 6º A fita para a veiculação da propaganda eleitoral deverá ser entregue à emissora geradora pelo representante legal do partido político ou da coligação, ou por pessoa por eles indicada, a quem será dado recibo após a verificação da qualidade técnica da fita contra recibo.

§ 7º Caso o material e/ou o mapa de mídia não sejam entregues no prazo ou pelas pessoas credenciadas, as emissoras veicularão o último material por elas exibido, independentemente de consulta prévia ao partido político ou coligação.

§ 8º Durante os períodos mencionados no § 1º deste artigo, as gravações ficarão no arquivo da emissora, mas à disposição da autoridade eleitoral competente, para servir como prova dos abusos ou dos crimes porventura cometidos.

§ 9º A inserção cuja duração ultrapasse o estabelecido no plano de mídia terá a sua parte final cortada.

§ 10. Na propaganda em bloco, as emissoras deverão cortar de sua parte final o que ultrapasse o tempo determinado e, caso a duração seja insuficiente, o tempo será completado pela emissora geradora com a veiculação dos seguintes dizeres: “Horário reservado à propaganda eleitoral gratuita – Lei nº 9.504/97”.

Art. 30. Não serão admitidos cortes instantâneos ou qualquer tipo de censura prévia nos programas eleitorais gratuitos (Lei nº 9.504/97, art. 53, cabeça do artigo).

§ 1º Será vedada a veiculação de propaganda que possa degradar ou ridicularizar candidatos, sujeitando-se o partido político ou a coligação infratores à perda do direito à

veiculação de propaganda no horário eleitoral gratuito do dia seguinte ao da decisão (Lei nº 9.504/97, art. 53, § 1º).

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo, a requerimento de partido político, coligação ou candidato, a Justiça Eleitoral impedirá a reapresentação de propaganda ofensiva à honra de candidato, à moral e aos bons costumes (Lei nº 9.504/97, art. 53, § 2º).

Art. 31. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido político ou coligação poderá participar, em apoio aos candidatos, qualquer cidadão não filiado a outra agremiação partidária ou a partido político integrante de outra coligação, sendo vedada a participação de qualquer pessoa mediante remuneração (Lei nº 9.504/97, art. 54, cabeça do artigo).

Parágrafo único. No segundo turno das eleições, não será permitida, nos programas de que trata este artigo, a participação de filiados a partidos políticos que tenham formalizado apoio a outros candidatos (Lei nº 9.504/97, art. 54, parágrafo único; Res.-TSE nº 20.383, de 8.10.98).

Art. 32. Na propaganda eleitoral no horário gratuito, são aplicáveis ao partido político, coligação ou candidato as seguintes vedações (Lei nº 9.504/97, art. 55, cabeça do artigo, c.c. art. 45, I e II):

I – transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II – usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de alguma forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeitará o partido político ou a coligação à perda de tempo equivalente ao dobro do usado na prática do ilícito, no período do horário gratuito subsequente, dobrada a cada reincidência, devendo, no mesmo período, exibir-se a informação de que a não-veiculação do programa resulta de infração da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 55, parágrafo único).

Art. 33. Competirá aos partidos políticos e às coligações distribuir entre os candidatos registrados os horários que lhes forem destinados pela Justiça Eleitoral.

Capítulo VII

Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos na Campanha Eleitoral

Art. 34. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504/97, art. 73, cabeça do artigo, I a VIII):

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

II – usar materiais ou serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III – ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado;

IV – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

V – nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou conselhos de contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

e) a transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

VI – nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII – realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso VI deste artigo, despesas com publicidade dos órgãos públicos, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o que for menor;

VIII – fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de cento e oitenta dias antes da eleição e até a posse dos eleitos.

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração,

por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 1º).

§ 2º A vedação do inciso I da cabeça deste artigo não se aplicará ao uso, em campanha, de transporte oficial pelo presidente da República, obedecido o disposto no art. 35 destas instruções, nem ao uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição de presidente e vice-presidente da República, de governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal, de suas residências oficiais, com os serviços inerentes à sua utilização normal, para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 2º).

§ 3º Também não caracterizará a hipótese do inciso I da cabeça deste artigo a permanência de candidato a cargo eletivo em residência oficial, com o uso dos serviços inerentes à sua utilização normal e eventual realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter público.

§ 4º O ocupante de residência oficial poderá, no seu interior, gravar mensagens para propaganda eleitoral, desde que não se utilize de imagens externas do local ou que a ele se refira.

§ 5º As vedações do inciso VI da cabeça deste artigo, alíneas *b* e *c*, aplicar-se-ão apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 3º).

§ 6º As exceções referidas nas alíneas *b* e *c* do inciso VI deste artigo serão examinadas e reconhecidas pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de órgão ou entidade federal, ou pelo presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral quando se tratar de órgão ou entidade estadual; dessas decisões caberá agravo para o Tribunal pleno.

§ 7º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os agentes responsáveis à multa no valor de R\$5.320,50 (cinco mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais), sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 4º, c.c. art. 78).

§ 8º No caso de descumprimento dos incisos I, II, III, IV e VI da cabeça do art. 36, sem prejuízo do disposto no § 7º deste artigo, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 5º, c.c. art. 78, com redação dada pela Lei nº 9.840/99, art. 2º).

§ 9º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 6º).

§ 10. As condutas enumeradas na cabeça deste artigo caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial, às cominações do art. 12, III (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 7º).

§ 11. Aplicar-se-ão as sanções do § 7º deste artigo aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos

partidos políticos, às coligações e aos candidatos que delas se beneficiarem (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 8º).

§ 12. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006).

Art. 35. O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo presidente da República e sua comitiva em campanha ou evento eleitoral será de responsabilidade do partido político ou da coligação a que esteja vinculado (Lei nº 9.504/97, art. 76, cabeça do artigo).

§ 1º O ressarcimento de que trata este artigo terá por base o tipo de transporte usado e a respectiva tarifa de mercado cobrada no trecho correspondente, ressalvado o uso do avião presidencial, cujo ressarcimento corresponderá ao aluguel de uma aeronave de propulsão a jato do tipo táxi aéreo (Lei nº 9.504/97, art. 76, § 1º).

§ 2º Considerar-se-ão como integrantes da comitiva de campanha eleitoral todos os acompanhantes que não estiverem em serviço oficial.

§ 3º No transporte do presidente em campanha ou evento eleitoral, serão excluídas da obrigação de ressarcimento as despesas com o transporte dos servidores indispensáveis à sua segurança e atendimento pessoal, que não podem desempenhar atividades relacionadas com a campanha, bem como a utilização de equipamentos, veículos e materiais necessários à execução daquelas atividades, que não podem ser empregados em outras.

§ 4º O vice-presidente da República, o governador ou o vice-governador de estado ou do Distrito Federal em campanha eleitoral não poderão utilizar transporte oficial, que, entretanto, poderá ser usado exclusivamente pelos servidores indispensáveis à sua segurança e atendimento pessoal, sendo-lhes vedado desempenhar atividades relacionadas com a campanha.

§ 5º No prazo de dez dias úteis após a realização do pleito, em primeiro turno, ou segundo, se houver, o órgão competente de controle interno procederá *ex officio* à cobrança dos valores devidos nos termos dos §§ 1º ao 4º deste artigo (Lei nº 9.504/97, art. 76, § 2º).

§ 6º A falta do ressarcimento, no prazo estipulado, implicará a comunicação do fato ao Ministério Público Eleitoral, pelo órgão de controle interno (Lei nº 9.504/97, art. 76, § 3º).

§ 7º Recebida a denúncia do Ministério Público, a Justiça Eleitoral apreciará o feito no prazo de trinta dias, aplicando aos infratores pena de multa correspondente ao dobro das despesas, duplicada a cada reiteração de conduta (Lei nº 9.504/97, art. 76, § 4º).

Art. 36. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, § 1º).

Parágrafo único. Configura abuso de autoridade, para os fins do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990, a infringência do disposto na cabeça deste artigo, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro de sua candidatura (Lei nº 9.504/97, art. 74).

Art. 37. Nos três meses que antecederem as eleições, será vedada a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações (Lei nº 9.504/97, art. 75).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo caracterizará abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

Art. 38. Será proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precederem o pleito, de inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77, cabeça do artigo).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeitará o infrator à cassação do registro (Lei nº 9.504/97, art. 77, parágrafo único).

Capítulo VIII Disposições Penais

Art. 39. Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de R\$5.320,50 (cinco mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$15.961,50 (quinze mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e II):

I – o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

II – a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca-de-urna (Lei nº 9.504/97, art. 39, inciso II, com nova redação dada pela Lei nº 11.300/2006);

III – a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, cartazes, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, inciso III, acrescentado pela Lei nº 11.300/2006).

Art. 40. Constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais) a R\$21.282,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta e dois reais), o uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista (Lei nº 9.504/97, art. 40).

Art. 41. Constitui crime, punível com detenção de dois meses a um ano ou pagamento de cento e vinte a cento e cinquenta dias-multa, divulgar, na propaganda, fatos que se sabem inverídicos, em relação a partidos ou a candidatos, capazes de exercerem influência perante o eleitorado (Código Eleitoral, art. 323).

Parágrafo único. A pena é agravada se o crime é cometido pela imprensa, rádio ou televisão (Código Eleitoral, art. 323, parágrafo único).

Art. 42. Constitui crime, punível com detenção de seis meses a dois anos e pagamento de dez a quarenta dias-multa,

caluniar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (Código Eleitoral, art. 324).

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou a divulga (Código Eleitoral, art. 324, § 1º).

§ 2º A prova da verdade do fato imputado exclui o crime, mas não será admitida:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não for condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato for imputado ao presidente da República ou a chefe de governo estrangeiro;

III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido for absolvido por sentença irrecorrível (Código Eleitoral, art. 324, § 2º, I a III).

Art. 43. Constitui crime, punível com detenção de três meses a um ano e pagamento de cinco a trinta dias-multa, difamar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo a sua reputação (Código Eleitoral, art. 325).

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções (Código Eleitoral, art. 325, parágrafo único).

Art. 44. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses ou pagamento de trinta a sessenta dias-multa, injuriar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro (Código Eleitoral, art. 326).

§ 1º O juiz poderá deixar de aplicar a pena:

I – se o ofendido, de forma reprovável, provocar diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata que consista em outra injúria (Código Eleitoral, art. 326, § 1º, I e II).

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou em vias de fato, que, por sua natureza ou meio empregado, se considerem aviltantes, a pena será de detenção de três meses a um ano e pagamento de cinco a vinte dias-multa, além das penas correspondentes à violência, prevista no Código Penal (Código Eleitoral, art. 326, § 2º).

Art. 45. As penas cominadas nos arts. 42, 43 e 44 destas instruções serão aumentadas em um terço, se qualquer dos crimes for cometido:

I – contra o presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;

II – contra funcionário público, em razão de suas funções;

III – na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa (Código Eleitoral, art. 327, I a III).

Art. 46. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses ou pagamento de noventa a cento e vinte dias-multa, inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado (Código Eleitoral, art. 331).

Art. 47. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses e pagamento de trinta a sessenta dias-multa, impedir o exercício de propaganda (Código Eleitoral, art. 332).

Art. 48. Constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e cassação do registro se o responsável for

candidato, utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores (Código Eleitoral, art. 334).

Art. 49. Constitui crime, punível com detenção de três a seis meses e pagamento de trinta a sessenta dias-multa, fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira (Código Eleitoral, art. 335).

Parágrafo único. Além da pena cominada, a infração ao presente artigo importa a apreensão e a perda do material utilizado na propaganda (Código Eleitoral, art. 335, parágrafo único).

Art. 50. Na sentença que julgar ação penal pela infração de qualquer dos arts. 41 a 44 e 46 a 49 destas instruções, deve o juiz verificar, de acordo com o seu livre convencimento, se o diretório local do partido político, por qualquer dos seus membros, concorreu para a prática de delito, ou dela se beneficiou conscientemente (Código Eleitoral, art. 336).

Parágrafo único. Nesse caso, imporá o juiz ao diretório responsável pena de suspensão de sua atividade eleitoral pelo prazo de seis a doze meses, agravada até o dobro nas reincidências (Código Eleitoral, art. 336, parágrafo único).

Art. 51. Constitui crime, punível com detenção de até seis meses e pagamento de noventa a cento e vinte dias-multa, participar o estrangeiro ou brasileiro que não estiver no gozo dos seus direitos políticos de atividades partidárias, inclusive comícios e atos de propaganda em recintos fechados ou abertos (Código Eleitoral, art. 337).

Parágrafo único. Na mesma pena incorrerá o responsável pelas emissoras de rádio ou televisão que autorizar transmissões de que participem os mencionados neste artigo, bem como o diretor de jornal que lhes divulgar os pronunciamentos (Código Eleitoral, art. 337, parágrafo único).

Art. 52. Constitui crime, punível com o pagamento de trinta a sessenta dias-multa, não assegurar o funcionário postal a prioridade prevista no art. 239 do Código Eleitoral (Código Eleitoral, art. 338).

Art. 53. Aplicam-se aos fatos incriminados na legislação eleitoral as regras gerais do Código Penal (Código Eleitoral, art. 287; Lei nº 9.504/97, art. 90, cabeça do artigo).

Art. 54. As infrações penais previstas nesta instrução são de ação pública, e o processo seguirá o disposto nos arts. 357 e seguintes do Código Eleitoral (Código Eleitoral, art. 355; Lei nº 9.504/97, art. 90, cabeça do artigo).

Art. 55. Todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal prevista na legislação eleitoral deverá comunicá-la ao juiz da zona eleitoral onde ela se verificou (Código Eleitoral, art. 356, cabeça do artigo).

§ 1º Quando a comunicação for verbal, mandará a autoridade judicial reduzi-la a termo, assinado pelo apresentante e por duas testemunhas, e remetê-la-á ao órgão do Ministério Público local, que procederá na forma do Código Eleitoral (Código Eleitoral, art. 356, § 1º).

§ 2º Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou outros elementos de convicção, deverá requisitá-los diretamente de quaisquer autoridades ou funcionários que possam fornecê-los (Código Eleitoral, art. 356, § 2º).

Art. 56. Para os efeitos da Lei nº 9.504/97, respondem penalmente pelos partidos políticos e pelas coligações os seus representantes legais (Lei nº 9.504/97, art. 90, § 1º).

Art. 57. Nos casos de reincidência, as penas pecuniárias previstas nesta instrução aplicar-se-ão em dobro (Lei nº 9.504/97, art. 90, § 2º).

Capítulo IX

Disposições Gerais

Art. 58. A propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou os recursos de legenda.

Art. 59. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, da Lei nº 9.504/97, constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de R\$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) a R\$53.205,00 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais) e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto nos incisos I a XIII do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 (Lei nº 9.504/97, art. 41-A).

Art. 60. Ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, bem como realizar propaganda eleitoral vedada por lei ou por estas instruções (Código Eleitoral, art. 248).

Art. 61. A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia (Lei nº 9.504/97, art. 41).

§ 1º O poder de polícia sobre a propaganda será exercido exclusivamente pelos juízes eleitorais, nos municípios, e pelos juízes designados pelos tribunais regionais eleitorais, nas capitais e municípios com mais de uma zona eleitoral.

§ 2º Compete ao juiz eleitoral, na fiscalização da propaganda, tomar as providências para impedir práticas ilegais, não lhe sendo permitido, entretanto, instaurar procedimento de ofício para aplicação de sanções.

§ 3º O juiz eleitoral deverá comunicar o fato ao Ministério Público, para que proceda como entender necessário.

Art. 62. No horário reservado para a propaganda eleitoral, não se permitirá utilização comercial, ou seja, propaganda realizada com a intenção, ainda que disfarçada ou subliminar, de promover marca ou produto (Res.-TSE nº 21.078, de 23.4.2002).

Art. 63. A propaganda eleitoral deverá respeitar o direito do autor, protegido pelo art. 5º, XXVII, da Constituição da República, o que significa que a utilização de qualquer fruto da criação intelectual depende da autorização de seu autor ou titular (Res.-TSE nº 21.078, de 23.4.2002).

Parágrafo único. À Justiça Eleitoral compete adotar as providências necessárias para coibir toda e qualquer irregularidade que venha a ocorrer no horário eleitoral gratuito, inclusive fazendo cessar imediatamente qualquer abuso ou ilegalidade, cabendo à justiça comum examinar e julgar os pedidos de indenização por violação ao direito autoral ou por prejuízos materiais causados a terceiros.

Art. 64. Aos partidos políticos, coligações e candidatos será vedada a utilização de simulador de urna eletrônica na propaganda eleitoral.

Art. 65. Para a procedência da representação e imposição de penalidade pecuniária por realização de propaganda irregular, é necessário que a representação seja instruída com prova de sua autoria e do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável.

Parágrafo único. O prévio conhecimento do candidato estará demonstrado se este, intimado da existência da propaganda irregular, não providenciar, no prazo de vinte e quatro horas, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e as peculiaridades do caso específico revelarem a impossibilidade de o beneficiário não ter tido conhecimento da propaganda (Ac.-TSE nº 21.262, de 7.8.2003).

Art. 66. Serão permitidos, na véspera do dia da eleição, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos, desde que os microfones não sejam usados para transformar o ato em comício (Ac.-TSE nº 3.107, de 25.10.2002).

Art. 67. Não caracteriza o tipo previsto no art. 39, § 5º, II e III, da Lei nº 9.504/97 a manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por partido político, coligação ou candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou que se expresse no porte de bandeira ou de flâmula ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha posse (Res.-TSE nº 14.708, de 22.9.94; Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, II e III, respectivamente, com nova redação e acrescentado pela Lei nº 11.300/2006).

§ 1º Será vedada, durante todo o dia da votação e em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando os instrumentos de propaganda referidos na cabeça deste artigo, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

§ 2º No recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, será proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, coligação ou candidato.

§ 3º Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só será permitido que, em suas vestes utilizadas, constem o nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam.

Art. 68. As disposições desta instrução aplicam-se às emissoras de rádio e de televisão comunitárias, às emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e aos canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das câmaras municipais (Lei nº 9.504/97, art. 57).

Parágrafo único. Aos canais de televisão por assinatura não compreendidos na cabeça deste artigo será vedada a veiculação de qualquer propaganda eleitoral, salvo a retransmissão integral do horário eleitoral gratuito e a realização de debates, observadas as disposições legais.

Art. 69. As emissoras de rádio e televisão terão direito à compensação fiscal pela cedência do horário gratuito previsto nestas instruções (Lei nº 9.504/97, art. 99).

Art. 70. A requerimento do Ministério Público, de partido político, de coligação ou de candidato, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por vinte e quatro horas, da programação normal de emissora que deixar de cumprir as

disposições da Lei nº 9.504/97 sobre propaganda (Lei nº 9.504/97, art. 56, cabeça do artigo).

§ 1º No período de suspensão, a emissora transmitirá, a cada quinze minutos, a informação de que se encontra fora do ar por ter desobedecido à Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 56, § 1º).

§ 2º Em cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado (Lei nº 9.504/97, art. 56, § 2º).

Art. 71. Os candidatos poderão manter página na Internet com a terminação *can.br*, ou com outras terminações, como mecanismo de propaganda eleitoral (Res. nº 21.901/2004).

§ 1º O candidato interessado deverá providenciar o cadastro do respectivo domínio no órgão gestor da Internet Brasil, responsável pela distribuição e pelo registro de domínios (www.registro.br), observando a seguinte especificação: <http://www.nomedocandidatonumerodocandidato.can.br>, em que *nomedocandidato* deverá corresponder ao nome indicado para constar da urna eletrônica e *numerodocandidato* deverá corresponder ao número com o qual concorre.

§ 2º O registro do domínio de que trata este artigo somente poderá ser realizado após o efetivo requerimento do registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral e será isento de taxa, ficando a cargo do candidato as despesas com criação, hospedagem e manutenção da página.

§ 3º Os domínios com a terminação *can.br* serão automaticamente cancelados após a votação em primeiro turno, salvo os pertinentes a candidatos que estejam concorrendo em segundo turno, que serão cancelados após essa votação.

Art. 72. Em páginas de provedores de serviços de acesso à Internet, não será admitido nenhum tipo de propaganda eleitoral, em qualquer período.

Art. 73. Não caracterizam propaganda eleitoral o uso e a divulgação regulares do nome comercial de empresa, ou grupo de empresas, no qual se inclui o nome pessoal de seu dono, ou presidente, desde que feitos habitualmente e não apenas no período que antecede às eleições.

Art. 74. O Tribunal Superior Eleitoral poderá requisitar das emissoras de rádio e televisão, no período compreendido entre 31 de julho do ano da eleição e o dia do pleito, até dez minutos diários, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, para a divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado (Lei nº 9.504/97, art. 93).

Art. 75. As autoridades administrativas federais, estaduais e municipais proporcionarão aos partidos políticos e às coligações, em igualdade de condições, as facilidades permitidas para a respectiva propaganda (Código Eleitoral, art. 256).

Parágrafo único. Nos três meses que antecedem o pleito, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos oficiais ou concedidos farão instalar, nas sedes dos diretórios nacionais e regionais devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas (Código Eleitoral, art. 256, § 1º).

Art. 76. O serviço de qualquer repartição federal, estadual ou municipal, autarquia, fundação estadual, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realize contrato com este, inclusive o

respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido político ou coligação (Código Eleitoral, art. 377, cabeça do artigo).

Parágrafo único. O disposto na cabeça deste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, de representante partidário ou de qualquer eleitor (Código Eleitoral, art. 377, parágrafo único).

Art. 77. Aos partidos políticos e às coligações será assegurada a prioridade postal durante os sessenta dias anteriores à realização das eleições, para a remessa de material de propaganda de seus candidatos (Lei nº 9.504/97, art. 36, cabeça do artigo; Código Eleitoral, art. 239).

Art. 78. Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos tribunais eleitorais:

I – fornecer informações na área de sua competência;

II – ceder funcionários no período de 3 (três) meses antes a 3 (três) meses depois de cada eleição (Lei nº 9.504/97, art. 94-A, acrescentado pela Lei nº 11.300/2006).

Art. 79. As reclamações, as representações e os recursos sobre a matéria disciplinada nesta instrução são considerados de natureza urgente, devendo seu julgamento preferir aos demais.

Art. 80. No prazo de até trinta dias após o pleito, os candidatos, os partidos políticos e as coligações deverão remover a propaganda eleitoral, com a restauração do bem em que fixada, se for o caso.

Parágrafo único. O descumprimento da cabeça deste artigo sujeitará os responsáveis às consequências previstas na legislação comum aplicável.

Art. 81. Estas instruções entrarão em vigor na data de sua publicação.

Art. 82. Fica revogada a Resolução nº 22.158, de 2 de março de 2006.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 29 de junho de 2006.

Ministro MARCO AURÉLIO, presidente – Ministro GERARDO GROSSI, relator – Ministro CEZAR PELUSO – Ministro CARLOS AYRES BRITTO – Ministro CESAR ASFOR ROCHA – Ministro JOSÉ DELGADO – Ministro CAPUTO BASTOS.

Publicada no DJ de 10.7.2006 e republicada no DJ de 17.7.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.318, DE 3.8.2006

INSTRUÇÃO Nº 107/DF

RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO

Revoga o § 4º do art. 18 da Res. nº 22.261, de 29.6.2006.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 23, IX, do Código Eleitoral, resolve:

Art. 1º Fica revogado o § 4º do art. 18 da Res. nº 22.261, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º Esta instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 3 de agosto de 2006.

Ministro MARCO AURÉLIO, presidente e relator – Ministro CEZAR PELUSO – Ministro CARLOS AYRES BRITTO – Ministro CESAR ASFOR ROCHA – Ministro JOSÉ DELGADO – Ministro CAPUTO BASTOS – Ministro GERARDO GROSSI.

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO: Encontra-se em tramitação no Tribunal o Mandado de Segurança nº 3.460/2006. Em síntese, é apontado como ilegal o § 4º do art. 18 da Res. nº 22.261, de 29 de junho de 2006, no que restringe o direito à participação nos debates relativos à campanha eleitoral aos candidatos de partidos com representação na Câmara dos Deputados no início da legislatura em curso. As informações ainda estão pendentes de encaminhamento.

Estendeu-se exigência estranha à disciplina dos mencionados debates. O que previsto no art. 47, § 3º, da Lei nº 9.504/97 concerne à propaganda eleitoral gratuita, ao direito de antena. Normas que encerrem exceção, normas que limitam direitos não de ser observadas tal como se contém, descabendo ampliar o campo de incidência. O § 3º do art. 47 da Lei nº 9.504/97 é explícito ao remeter a aplicação do preceito à cabeça do artigo, não havendo qualquer referência ao texto do art. 46, que versa sobre a participação nos debates. À luz da normatividade específica, a exigência imposta é única, ou seja, a representação do partido a que integrado o candidato na Câmara dos Deputados, sem reportar-se ao quadro parlamentar no início da legislatura.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (relator): Proponho, então, seja revogado o § 4º do art. 18 da Res. nº 22.261/2006, no que tem o seguinte teor:

Art. 18. Inexistindo acordo, o debate, inclusive os realizados na Internet ou em qualquer outro meio eletrônico de comunicação, seguirá as seguintes regras, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, e facultada a dos demais (Lei nº 9.504/97, art. 46, I a III):

(...)

§ 4º Para efeito do disposto na cabeça deste artigo, a representação de cada partido político na Câmara dos Deputados será a existente no início da legislatura em curso, considerando-se o número de deputados que tomaram posse nessa data e a legenda à qual estavam filiados no momento da votação (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 3º; Res.-TSE nº 21.805, de 8.6.2004).

Publicada no DJ de 14.8.2006.